

## COMBATE À VIOLENCIA CONTRA A MULHER: UMA ANÁLISE DAS RESPOSTAS GOVERNAMENTAIS DE CRISTINA KIRCHNER (2007-2015) NA ARGENTINA E DILMA ROUSSEFF (2011-2015) NO BRASIL, A PARTIR DA AGENDA INTERNACIONAL PROMOVIDA PELA ONU

CRISTINA STERN SCHIAVON<sup>1</sup>; ROSANA SOARES CAMPOS<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Santa Maria – cris.stern20@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Santa Maria – rosanasoarescampos@gmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

Para cerca de 10 países da América Latina, os primeiros 15 anos do século XXI foram marcados pela chegada de partidos, lideranças e movimentos de esquerda ao poder, o que ficou conhecido como Onda Rosa Latino-Americana em alusão ao movimento europeu, ocorrido na segunda metade da década de 1990 (SILVA, 2015, p. 1-2). Aqui na América, a partir de 2003, a Argentina e o Brasil foram dois dos países que participaram desse período, o qual ficou marcado por pautas mais progressistas e, como exposto por FABRICIO SILVA (2015, p. 3), pela reprodução desses governos de esquerda já que Néstor Kirchner (2003-2007) é sucedido por sua esposa, Cristina Kirchner na Argentina, e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) repassa a faixa presidencial à também candidata pelo Partidos dos Trabalhadores, Dilma Rousseff, no Brasil. Assim, a chegada de duas mulheres no cargo mais alto do poder executivo em ambos os países é o ponto de partida desta pesquisa. Dentre as similaridades compartilhadas por Kirchner e Rousseff, ambas estiveram à frente dos governos argentino e brasileiro entre os anos de 2011 e 2015, deram continuidade às gestões de esquerda em seus respectivos países e também foram as primeiras mulheres eleitas pelo voto direto na Argentina e no Brasil e (LOPES, 2018, p. 38) e, é justamente por essa característica que este trabalho procura analisar o que estas mulheres fariam em prol das suas compatriotas, através do problema de pesquisa “Como os governos de Dilma Rousseff (Brasil – 2011-2015), e Cristina Kirchner (Argentina – 2007-2015), responderam às demandas de combate à violência contra as mulheres, a partir da agenda internacional de combate à violência feminina promovida pela Organização das Nações Unidas?”, sabendo que o problema da violência contra a mulher é um fato irrefutável da história dos dois Estados.

Já como objeto de pesquisa, este trabalho procura investigar as respostas de combate a violência contra a mulher nos governos de Dilma Rousseff no Brasil e Cristina Kirchner na Argentina, a partir da agenda internacional de combate à violência feminina promovida pela ONU sendo a hipótese aqui assumida é de que no uso de suas atribuições, os governos de Rousseff e Kirchner aprovaram políticas públicas de combate à violência contra as mulheres. Estas políticas foram influenciadas pela agenda internacional de combate à violência feminina promovida pelas Nações Unidas, pelo contexto democrático e pela pressão dos movimentos feministas nacionais para colocar esta temática na agenda governamental. Como objetivo geral, esta pesquisa se propõe analisar as respostas governamentais, de Cristina na Argentina e Dilma no Brasil, às demandas ao combate à violência contra as mulheres, a partir da agenda internacional promovida pela ONU e dos contextos nacionais, e para a concretização deste, foram elaborados outros cinco objetivos específicos, os quais são: 1. Realizar a conceituação de Políticas Públicas como Respostas Governamentais e; 2. Apresentar, através da obra de John Kingdon

(2007), como as Políticas Públicas são formadas; 3. Elaborar uma reconstrução histórica da agenda internacional de combate à violência contra as mulheres, focando na agenda vinculada às Nações Unidas; 4. Apontar quais foram as Respostas Governamentais para o combate à violência feminina elaborados pelos governos de Cristina Kirchner (2007-2015) e Dilma Rousseff (2011-2015) além de; 5. Pontuar a influência dos movimentos sociais para com as Respostas Governamentais dadas pelos governos argentino e brasileiro no período aqui estudado.

Em relação a temática aqui estudada, esta pode ser apresentada através de três eixos principais, os quais são: Violência contra a Mulher, Mecanismos Institucionais Internacionais e Políticas Públicas. Para a definição do primeiro, adotamos a descrição disposta na Convenção de Belém do Pará (1994), a qual estabelece a Violência contra a Mulher como “qualquer ação, conduta, baseada em seu gênero, que cause morto, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para a mulher, tanto no âmbito público como no privado”<sup>1</sup> (OEA, 1994, p. 1, tradução nossa). Já a terminologia “Mecanismos Institucionais” em si possui uma série de usos e conceituações, existindo diversos tipos de Mecanismos, porém neste trabalho estaremos versando sobre os Mecanismos Institucionais que sejam criados a partir de instituições e/ou países estrangeiros e que abordem as mulheres e o combate a violência contra as mesmas. Por fim, o terceiro eixo temático aborda as Políticas Públicas (PP), as quais podem ser conceituadas como sendo “um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social” (SARAVIA, 2007, p. 29) através da “definición de objetivos ou estrategias de actuación e da alocação dos recursos necesarios para atingir os objetivos establecidos.” (Ibidem). Tais PP são consideradas, neste trabalho, como as respostas governamentais advindas dos governos de Cristina Kirchner e Dilma Rousseff para o combate da violência feminina. Para embasar o processo de formação de Políticas Públicas, é utilizado da obra de JOHN KINGDON (2007), o qual discorre sobre o que é considerado uma Agenda e uma Agenda Governamental, bem como e quando uma questão passa a ser considerada um Problema a ser resolvido através de uma PP.

## **2. METODOLOGIA**

Este trabalho utiliza do Método de Pesquisa Hipotético-Dedutivo (CHALMERS, 1993), e Método de Procedimento Comparativo. Tal Método de Procedimento foi escolhido por ser “el instrumento apropiado en situaciones en las que el número de casos bajo estudio es demasiado pequeño para permitir la utilización del análisis estadístico” (PÉREZ-LIÑÁN, 2010, p. 126), e também por desempenhar uma finalidade descritiva bem como explicativa (Ibid., p. 126) em uma pesquisa. Deste modo, este estudo possui dois casos a serem analisados: Os governos argentino e brasileiro durante os mandatos das ex-presidentes Cristina Kirchner e Dilma Rousseff e por conseguinte, como os mesmos responderam às demandas de combate à violência contra as mulheres - a partir da agenda internacional de combate à violência feminina promovida pela ONU. O uso do método comparativo se faz possível em razão de algumas similitudes existentes entre as duas gestões, as quais foram apresentadas na Introdução deste resumo e que são corroboradas através do emprego dos Métodos de Procedimento e Abordagem, das Técnicas de Pesquisa bibliográfica, documental bem como através da realização de análise de

<sup>1</sup>“[...] cualquier acción o conducta, basada en su género, que cause muerte, daño o sufrimiento físico, sexual o psicológico a la mujer, tanto en el ámbito público como en el privado.” (OEA, 1994, p. 1).

conteúdo nas convenções e demais instrumentos provenientes da agenda internacional promovida principalmente pelas Nações Unidas, voltadas para o combate da violência contra as mulheres, a qual é efetuada a partir da obra de LAURENCE BARDIN (2016). Por fim, também é realizada uma Revisão Sistemática da Literatura nas obras estudadas em geral e, principalmente, naquelas relativas aos três eixos temáticos: Mecanismos Institucionais Internacionais, Violência contra a Mulher e Políticas Públicas, para que a pesquisa esteja mais completa quanto possível. Tal modalidade de pesquisa procura dar logicidade “a um grande corpus documental, especialmente, verificando o que funciona e o que não funciona num dado contexto; ela está focada no seu caráter de reproduzibilidade por outros pesquisadores, apresentando de forma explícita” (GALVÃO; RICARTE, 2020, p. 58) as bases de dados bibliográficos consultadas.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A partir dos dados observados até aqui é possível perceber que em ambos os países, durante os mandatos das ex-presidentes Dilma Rousseff e Cristina Kirchner ocorreram a elaboração de Políticas Públicas, sejam elas leis, programas ou diretrizes para o Combate da Violência contra a Mulheres – políticas essas que já eram reguladas e recomendadas através de convenções advindas do âmbito internacional, como a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW) de 1979 (FROSSARD, 2006, p. 13-32) e a Convenção de Belém do Pará do ano de 1994 (*Ibid.*, p. 139-146), as quais ambos os Estados aqui analisados são signatários. A partir da elaboração de Políticas Públicas para o Combate da Violência Feminina, ambos os países passam a enquadram padrões internacionais de promoção da igualdade de gênero e contra a discriminação da mulher – não ficando desta maneira, em discordância nem com o que está proposto nos mecanismos institucionais internacionais assinados, nem com os demais Estados-partes que cumprem o que é estabelecido nas convenções advindas das Nações Unidas, o que nos leva a considerar que há sim influência da agenda internacional para o combate da violência feminina no âmbito interno argentino e brasileiro, a qual possivelmente é reforçada através dos movimentos sociais, de mulheres e feministas que participam das conferências, congressos e encontros nacionais, locais esses onde ocorre a troca de conhecimento e resultados advindos de outras experiências, iniciativas e locais onde há a luta contra a violência feminina. É importante lembrar que tais eventos só ocorrem quando há mandatos com agendas governamentais progressistas e que permitem a entrada de novas pautas em suas atividades, qualidades essas que podem ser associadas a governos de esquerda, os quais podem ser relacionados com os de Kirchner e Rousseff.

### **4. CONCLUSÕES**

Este trabalho inova ao versar sobre Políticas Públicas em meio às Relações Internacionais. Enquanto a área das RI's tradicionalmente se ocupa de temas como a dicotomia entre guerra e paz, os conflitos políticos entre as nações e questões exclusivamente econômicas, esta pesquisa adentra a temática das Políticas Públicas (PP), e ainda a das PP de combate à violência contra as mulheres, investigando quais medidas, provenientes do meio internacional, são efetivamente incorporadas no âmbito interno dos seus Estados-partes. Assim, esta pesquisa nos permite observar como a influência da agenda internacional se dá nos países signatários de mecanismos institucionais internacionais que versam sobre o tema em questão, o qual por si só pode ganhar um espaço muito maior na academia, na área das Relações Internacionais. Desta maneira, acreditamos que esta pesquisa

auxilia a diminuir, minimamente, o lapso existente nas RI's no tocante às Políticas Públicas e a respeito da influência internacional sobre elas.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. Tradução de Luís Antero Reto. Disponível em: <https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CHALMERS, Alan Francis. **O que é ciéncia afinal?** Tatuape: Editora Brasiliense, 1993. Tradução de Raul Filker. Disponível em: [https://www.nelsonreyes.com.br/A.F.Chalmers\\_-\\_O\\_que\\_e\\_ciencia\\_afinal.pdf](https://www.nelsonreyes.com.br/A.F.Chalmers_-_O_que_e_ciencia_afinal.pdf).

FROSSARD, Heloisa (Org.). **Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas Para As Mulheres, 2006. 260 p.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão Sistemática da Literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, [S.L.], v. 6, n. 1, p. 57-73, 15 set. 2019. Logeion Filosofia da Informação. <http://dx.doi.org/10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73>. Disponível em: <https://sites.usp.br/dms/wp-content/uploads/sites/575/2019/12/Revis%C3%A3o-Sistema%C3%A1tica-de-Literatura.pdf>.

KINGDON, John. Como chega a hora de uma idéia? In: SARAVIA, Enrique (org.). **Elisabete Ferrarezi**: coletânea - volume 1. 2. ed. Brasília: Enap, 2007. p. 219-224.

LOPES, Paula Cunha. **MÍDIA, PODER E GÊNERO**: a crítica feminista latino-americana a partir das representações das presidentas cristina kirchner, dilma rousseff e michelle bachelet. 2018. 209 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B6HJN3>.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS. **CONVENCIÓN DE BELÉM DO PARÁ**: Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer (Convención de Belém do Pará). Belém do Pará: OEA, 1994. 6 p. Disponível em: [https://clacsovvirtual.org/pluginfile.php/212381/mod\\_folder/content/0/Convenci%C3%B3n%20Belem%20Do%20Para.pdf?forcedownload=1](https://clacsovvirtual.org/pluginfile.php/212381/mod_folder/content/0/Convenci%C3%B3n%20Belem%20Do%20Para.pdf?forcedownload=1).

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. **El método comparativo y el análisis de configuraciones causales**. Revista Latinoamericana de Política Comparada, [s. I], v. 3, p. 125-148, jan. 2010.

SARAVIA, Enrique. Introdução à Teoria da Política Pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (org.). **Políticas Públicas**: coletânea - volume 1. 2. ed. Brasília: Enap, 2007. p. 21-42.

SILVA, Fabricio Pereira da. **Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço**. Revista Sures, Foz do Iguaçu, n. 5, p. 67-94, fev. 2015. ISSN 2525-3794. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/sures/article/view/295/279>.